

Aprovada a política econômica

GAZETA ECONÔMICA
Economia
Brasil

- 6 DEZ 1985

O Congresso Nacional encerrou ontem seus trabalhos deste ano com a aprovação do "pacote" fiscal do governo pelo Senado. "O PMDB e o PFL tiveram a seriedade necessária para vencer o caos recebido e mostrar ao mundo que é possível crescer num clima de contenção de gastos públicos", comemorou o líder do PFL, deputado José Lourenço.

No Palácio do Planalto, depois de receber o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, o presidente José Sarney prometeu não vetar nenhuma das treze emendas que o Congresso acrescentou ao "pacote", que aumentam tetos para reajuste salarial, equiparam homem e mulher na legislação do Imposto de Renda, fortalecem as cadernetas de poupança, etc.

No relato da repórter Helena Daltro, o presidente viu na aprovação do "pacote" fiscal "um exemplo de harmonia entre os poderes". E o ministro Funaro reconheceu que "o debate foi importante no Congresso, pois melhorou o proje-

to". Ele afirmou que "haverá ganho para os assalariados. Todos vão verificar esse fato em 1986".

Mais do que um exemplo de harmonia entre os poderes, o episódio da aprovação do "pacote" mostrou que o PMDB, enfim, entrou para o governo e deu-lhe sustentação, votos e voz em duas batalhas difíceis, na Câmara dos Deputados e no Senado. Para fazer isso, o PMDB enfrentou seus adversários naturais em plenário (PDT, PT, PDS e PTB) e, principalmente, suas resistências intestinas em aderir ao governo Sarney.

O PMDB aderiu ao governo, em parte, porque a sua postura recalcitrante anterior coincidiu com severas derrotas eleitorais nas principais metrópoles regionais (São Paulo, Rio, Porto Alegre e Recife) do País a 15 de novembro. Ao fazê-lo, permitiu que o ministro Funaro disponha de instrumentos para moldar uma política econômica. E credenciou-se para manter amplo espaço na reforma ministerial de fevereiro.

Quando o presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, encerrou ontem os trabalhos deste ano, fez um elogio à contribuição do Legislativo para a democratização do País, como anotou o repórter Carlo Iberê. Na votação do "pacote" fiscal, descobriu-se também que há no Parlamento uma clara maioria capaz de produzir um projeto de poder.

O projeto do ministro Funaro continua submetido a uma furiosa polêmica. Alguns dos seus melhores aspectos receberam adesões inesperadas — seu antecessor no cargo, Francisco Dornelles, saiu do gabinete do presidente Sarney ontem assegurando que "a redução do Imposto de Renda na fonte foi uma medida altamente positiva".

aprovada na esteira do "pacote" (ver página 15).

O último ato dessa seqüência de votações do "pacote" incluiu ontem um cochilo banal mas perigoso. Quatro artigos da proposta original do governo, vetados na Câmara, rumaram incólumes para o Senado por um erro de datilografia. Alguns historiadores afirmam que, por um cochilo semelhante, a Constituinte republicana de 1891 alterou o projeto original de Ruy Barbosa e tornou direta a eleição presidencial que se queria indireta.

(Ver páginas 3 e 5)

O Senado encerrou às 21h40 de ontem a última sessão legislativa sem ter votado dezenas de pedidos de empréstimos de estados e municípios, o Plano Nacional de Informática (Plannin) e o projeto que fixa o piso salarial dos jornalistas. Encerrando a sessão, o senador Roberto Campos (PDS-MT) criticou o Plannin e lamentou a pressa do governo no encaminhamento do "pacote" fiscal.

(Ver páginas 3 e 10)

De calculadora em punho, o secretário da Fazenda do Rio, César Maia, estimou para o editor Alaor Barbosa que os estados e municípios vão perder "cerca de 10% de suas receitas em 1986" por causa do "pacote". E que a redução do desconto do Imposto de Renda na fonte os privará dessa fonte marginal de receita. É possível que Maia esteja exagerando. O Rio ganhará dinheiro com os "royalties" pela exploração de petróleo em seu território, segundo a lei